



## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

**ISSN 2176-9036**

Artigo recebido em: 21.06.2012. Revisado por pares em: 13.09.2012. Reformulado em: 08.10.2012. Avaliado pelo sistema double blind review.

### **EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO SICREDI**

### **DISCLOSURE OF FINANCIAL STATEMENTS OF THE SICREDI COOPERATIVE CREDIT SYSTEM**

#### **Autores**

##### **Simone Leticia Raimundini**

Doutoranda em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Av. Cristovão Colombo, 5790, Bloco C-23, Sala 227 – Maringá-PR – CEP 87020-900

E-mail: slraimundini@uem.br

##### **Vivian Maria Anschau**

Graduanda em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Ciências Econômicas – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Av. João Pessoa, 52 – Centro – Porto Alegre-RS – CEP 90.040-000

E-mail: vivianschau@yahoo.com.br

##### **Márcia Bianchi**

Mestre em Ciências Contábeis (UNISINOS)

Doutoranda em Economia do Desenvolvimento (UFRGS)

Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Av. João Pessoa, 52 – Centro – Porto Alegre-RS – CEP 90.040-000

E-mail: marcia.bianchi@ufrgs.br

##### **João Marcos Leão da Rocha**

Mestre em Administração (UFRGS)

Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Av. João Pessoa, 52 – Centro – Porto Alegre-RS – CEP 90.040-000

e-mail: joao.rocha@ufrgs.br

## RESUMO

O objetivo da contabilidade é fornecer informações relevantes sobre a posição econômico-financeira de uma entidade. Em grupos de empresas são utilizadas as demonstrações contábeis consolidadas. O objetivo deste estudo é analisar as diferentes metodologias utilizadas para a consolidação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi e avaliar as principais vantagens e limitações de cada metodologia sob a perspectiva da evidenciação contábil, com base no IFRS 10. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, qualitativa e estudo de caso. Para a análise dos resultados utilizou-se de dados reais indexados, com a finalidade de preservar o sigilo das informações. O principal resultado do estudo mostra que o método de consolidação que envolve todas as empresas mercantil-financeiras do Sistema Sicredi permite uma melhor análise da situação financeira e patrimonial devido ao maior nível de evidenciação contábil do conglomerado. Conclui-se que as diferentes metodologias de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao Sistema Sicredi evidenciam níveis diferentes da informação contábil. A adoção do conceito de controle, de acordo com o IFRS 10, na metodologia que consolida todo o conglomerado é aquela que apresenta maior *disclosure*.

**Palavras-chave:** Demonstrações Contábeis Consolidadas. Evidenciação. Cooperativa de Crédito. Banco Cooperativo Sicredi.

## ABSTRACT

Accounting aims to generate relevant information about the financial position of an entity. Group of companies is used the consolidated financial statements. The objective of this study is to analyze the different methodologies used for the consolidation of the Balance Sheet and Statement of Income in the Cooperative Credit System Sicredi and evaluate the main advantages and limitations of each methodology from the perspective of accounting disclosure, based on IFRS 10. This research is characterized as descriptive, qualitative and case study. The results were analyzed from real data indexed, in order to preserve the confidentiality of information. The main result shows that the method of consolidation that involves all the companies in the Sicredi allows a better analysis of financial position due to the higher level of accounting disclosure on the conglomerate. We conclude that the different methodologies of consolidation of financial statements applied to System Sicredi show different levels of accounting information. The adoption of the concept of control, in accordance with IFRS 10, on the methodology that consolidates the entire conglomerate is one that presents greater disclosure.

**Keywords:** Consolidated Financial Statements. Disclosure. Credit Union. Cooperative Bank Sicredi.

## 1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo foi iniciado em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, como um movimento de trabalhadores em tecelagens em prol de melhores condições de trabalho e renda, baseado nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade. Desde então, esse movimento foi crescendo e atualmente está presente em diversos setores da economia, como da saúde, financeiro, agropecuário entre outros. Sua finalidade, enquanto

doutrina, é atuar na economia como um agente que corrige uma falha social, a partir de uma ação coletiva institucionalizada como uma associação (ZYLBERSZTAJN ; NEVES, 2000).

Esse tipo de associação no sistema jurídico brasileiro ocorre por intermédio da formalização de uma vontade recíproca de pessoas, físicas ou jurídicas, que, de acordo com a própria Lei 5.764/71, por meio de um contrato, formalizam a constituição da sociedade, definindo, além dos detalhes legais que lhes são exigidos, as demais regras que irão comandar os destinos das ações dos cooperados, através de sua cooperativa (SIQUEIRA, 2004).

Dentre os principais tipos de cooperativa, encontra-se a cooperativa de crédito, que conforme Schardong (2002, p. 82), “objetiva a captação de recursos financeiros para financiar a atividade dos cooperados”. No Brasil, o cooperativismo de crédito iniciou em 1902 por iniciativa do Padre suíço Theodor Amstad, que em conjunto com outras 19 pessoas, fundou a primeira Cooperativa de Crédito da América Latina. Atualmente, existem aproximadamente 1.380 cooperativas de crédito, 38 Centrais Estaduais e 4 Confederações, sendo alicerçado basicamente em 5 sistemas de crédito, entre eles o SICOOB e o Sicredi (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2011).

Ainda não há conceito legal específico de cooperativa de crédito, nem mesmo depois que elas foram equiparadas às instituições financeiras pela Lei nº 4.459/1964 e passaram a serem regulamentadas pelo Banco Central (BACEN). De acordo com Pinho (2006), as cooperativas de crédito são instituições financeiras que funcionam de modo semelhante a uma instituição bancária as quais, no Brasil, estão sujeitas às normas do BACEN, além das normas legais próprias do sistema cooperativo brasileiro (Lei nº 5.764/1971) e das normas contábeis vigentes.

Assim como as companhias de capital aberto, as cooperativas de crédito também formam grupos societários, organizadas por meio de um sistema composto por diversas entidades (unidade local que faz parte de uma unidade regional, que participa da unidade central). A opção por reunirem-se em sistemas é também, uma resposta à concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro, sendo uma alternativa viável para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes.

Por este motivo, podem ser consideradas entidades econômicas sujeitas as normas contábeis aplicáveis para grupos econômicos, tais como a consolidação das demonstrações contábeis. De acordo com Iudícibus *et al.* (2010, p. 647)

as diversas empresas de um mesmo grupo econômico (constituído pela controladora e suas controladas) formam um conjunto de atividades econômicas, muitas vezes, complementares. Assim, é dentro dessa visão e contexto que as demonstrações contábeis devem ser analisadas, ou seja, representam o reflexo de um conjunto de atividades econômicas de um grupo econômico; e isso só é conseguido se forem demonstrações contábeis consolidadas.

Cabe ressaltar que um dos principais objetivos da contabilidade é o de oferecer informações relevantes sobre a posição econômico-financeira de uma entidade, além de ser uma importante ferramenta para a tomada de decisões. Sendo assim, para refletir a verdadeira situação de todo o grupo de empresas são utilizadas as demonstrações contábeis consolidadas. Sua finalidade é, segundo Iudícibus *et al.* (2010), apresentar aos usuários da informação contábil a verdadeira posição econômica, patrimonial e financeira da empresa controladora e das demais empresas de um grupo econômico, como se fosse uma única empresa.

Dessa maneira, as cooperativas de crédito necessitam estarem preparadas para fornecer a seus associados e gestores a melhor avaliação possível de sua posição financeira e patrimonial por meio de suas demonstrações contábeis. Para isto, esses relatórios devem ser consolidados, adotando a mesma legislação contábil aplicável que qualquer outro grupo empresarial. Assim, uma cooperativa de crédito para fins de prover informações aos diversos usuários deve atender, concomitantemente, a legislação do cooperativismo, a legislação societária, as normas do BACEN e a necessidade informacional dos gestores e associados.

Diante do exposto, a questão problema deste estudo é: Quais seriam os principais, benefícios e limitações das diferentes metodologias de consolidação das demonstrações contábeis adotadas no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi?

Assim, o objetivo desse estudo consiste em analisar as diferentes metodologias utilizadas para a consolidação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi e avaliar as principais vantagens e limitações de cada metodologia sob a perspectiva da evidenciação contábil, com base no IFRS 10. A pesquisa delimita-se ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

O artigo está organizado, além desta introdução, em uma base teórica sobre evidenciação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas (seção 2). Na sequência, a seção 3, apresenta os aspectos e procedimentos metodológicos da pesquisa. A seção 4, a análise dos dados da pesquisa e a seção 5, conclusões da pesquisa.

## 2 EVIDENCIAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Apesar de um progresso significativo no Brasil, a melhora da qualidade dessas informações tem sido objeto de estudos e pesquisas de diversos órgãos nacionais, tais como o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alinhados aos organismos internacionais como o *International Accounting Standards Board* (IASB), a fim de proporcionar mais clareza e objetividade aos investidores interessados.

De modo geral, de acordo com o CPC 26, as demonstrações contábeis têm o propósito de atender as necessidades informacionais de usuários. Assim, as demonstrações contábeis objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados (CPC 26, 2012).

A adoção de um critério de avaliação de investimentos societários e, por consequência, a divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e/ou demonstrações contábeis separadas são meios de evidenciar a informação contábil. Isto é corroborado por Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudícibus (2010), no quesito que a informação relevante e significativa deve estar no corpo das demonstrações contábeis e um dos níveis de evidenciação é o reconhecimento e a mensuração do ativo, passivo, receita ou despesa.

Desse modo, a inclusão ou exclusão de uma empresa no processo de consolidação das demonstrações contábeis afeta o nível da informação contábil bem como a sua relevância. Do mesmo modo, o nível da informação contábil e a sua relevância também podem ser afetadas se forem divulgadas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, cujos investimentos societários com controle são avaliados pelo critério da equivalência patrimonial, ou se forem divulgadas as demonstrações contábeis separadas, quando estes investimentos são avaliados pelo critério do valor justo ou do custo.

Sobre isto, Hendriksen e Van Breda (1999) colocam as seguintes questões: Que informação divulgar? Para quem divulgar? Quanta informação divulgar? Como divulgar? Qual a finalidade da divulgação e da informação? Para responder essas questões há duas correntes teóricas: a norte-americana e a europeia. A corrente norte-americana tem como principais usuários da informação contábil os investidores atuais e potenciais, sejam eles de capital próprio ou de capital de terceiros. Com isto, o foco da evidenciação contábil é apresentar informações contábeis necessárias para o funcionamento ótimo do mercado de capitais eficiente. Isso pressupõe que a informação é suficiente quando possibilita a predição das tendências futuras e da variabilidade dos dividendos, bem como da associação entre rentabilidades futuras e o mercado. Por sua vez, a corrente europeia defende que a evidenciação contábil deve atender aos diversos grupos de interesse. Isto significa que a

divulgação deve ser mais ampla, quando comparada com a corrente norte-americana, e a informação deve ter finalidades genéricas.

Independente da corrente teórica, a quantidade de informação evidenciada deve atender três características importantes: adequada, justa e completa. A evidenciação adequada pressupõe quantidade mínima de informação de modo que seja compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações contábeis se tornem incompletas e percam o seu valor informacional. A evidenciação justa compreende a equidade entre os usuários. E, a evidenciação completa pressupõe a apresentação de toda informação relevante (IUDÍCIBUS, 2010). Atender essas três características possibilita a reduzir a assimetria informacional, logo a seleção adversa e a da incerteza dos investidores e, ainda, possibilita uma melhor avaliação dos investimentos (SOUZA; MURCIA; MARCON, 2011).

## 2.1 MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O critério de avaliação dos investimentos societários tem merecido maior atenção com o surgimento dos grupos econômicos, pois aumenta o lastro de companhias investidoras com participação direta ou indireta no capital de outras companhias. Entre os motivos que justificam essa estratégia empresarial é a diversificação de riscos e a otimização de recursos operacionais e financeiros.

Segundo Santos e Machado (2005), no momento de se avaliar os investimentos efetuados em outras sociedades, podem-se ter dois pontos de partida: as demonstrações contábeis individuais e as demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais, os resultados desses investimentos são avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). Esse método consiste em reconhecer os efeitos da variação do patrimônio líquido de cada controlada, coligada e equiparada no exercício social em que ocorre, independentemente de sua realização financeira.

Para Perez Júnior e Oliveira (2009, p. 15) “o método de equivalência patrimonial tem por objetivo avaliar determinadas participações pelo valor correspondente à aplicação do percentual de participação no capital social sobre o valor do patrimônio líquido da investida”.

No item 2 do Pronunciamento Técnico 18 do CPC (CPC 18, 2011, p. 2), o método de equivalência patrimonial:

é o método de contabilização por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída ao investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. O resultado do período do investidor deve incluir a parte que lhe cabe nos resultados gerados pela investida.

Muitos dos procedimentos para a aplicação do método de equivalência patrimonial são similares aos procedimentos de consolidação, descritos no Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36, 2012). Além disso, os conceitos que fundamentam os procedimentos utilizados para contabilizar a aquisição de controlada são também adotados para contabilizar a aquisição de investimento em coligada.

Cabe ressaltar que, além das demonstrações contábeis consolidadas e das individuais, existe também outra forma de apresentar as contabilizações dos investimentos em controladas e coligadas que são as demonstrações contábeis separadas. Nessas demonstrações os investimentos são contabilizados com base no valor justo, ou até pelo custo, e não pelo MEP. Portanto, de acordo com Pronunciamento Técnico 35 do CPC (CPC 35, 2011), as demonstrações contábeis separadas não podem ser confundidas com as demonstrações individuais, uma vez que essa última utiliza o MEP para sua avaliação.

Assim, conforme o item 9 da Instrução 09 do CPC: “qualquer entidade que possua investimento em coligada, em controlada ou em controlada em conjunto pode, além de suas

demonstrações individuais, ou individuais e consolidadas, elaborar e apresentar também as demonstrações separadas” (CPC 09, 2012, p. 7).

## 2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

A consolidação das demonstrações contábeis tem se apresentado como instrumento de avaliação para entidades que possuem participação acionária em outras empresas. Segundo Iudícibus *et al.* (2010, p. 647) “deve prevalecer o conceito de controle ao efetuar-se a consolidação. Esse controle não abrange apenas o acionário, mas também o da decisão, em relação às estratégias e às políticas financeiras e operacionais da entidade controlada”. Além disso, possibilitam uma visão econômica de forma integrada do grupo empresarial gerando informações importantes tanto para os usuários internos como os usuários externos.

Sendo assim, serão observadas as regras de consolidação operacional estabelecidas pelo BACEN, inclusive aquelas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, Capítulo 1 - Normas Básicas, Seção 21 - Consolidação Operacional das Demonstrações Financeiras (BACEN, 2011, p. 1) que afirma:

(...) a consolidação operacional das demonstrações financeiras resulta da utilização de técnica apropriada que visa apurar informações contábeis de duas ou mais instituições integrantes de conglomerado financeiro, como se em conjunto representassem uma única entidade.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de divulgação dessas informações contábeis com o intuito de auxiliar a tomada de decisões dos usuários interessados. Assim, segundo CPC 36, para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, a entidade controladora combina suas demonstrações contábeis com as de suas controladas, ou seja, somando os saldos de mesma natureza: ativos, passivos, receitas e despesas.

A partir disso, para que o grupo de empresas apresente suas demonstrações consolidadas deve, segundo Pronunciamento Técnico 36 do CPC (CPC 36, 2012, p. 5), item 18, adotar os seguintes critérios:

- (a) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parte dessa controladora no patrimônio líquido das controladas devem ser eliminados.
- (b) identificar a participação dos não controladores no resultado das controladas consolidadas para o período de apresentação das demonstrações contábeis; e
- (c) identificar a participação dos não controladores nos ativos líquidos das controladas consolidadas, separadamente da parte pertencente à controladora.

Ainda, de acordo com o CPC 36, item 18, participação dos não controladores nos ativos líquidos é composta (CPC 36, 2012, p. 5):

- (i) do montante da participação dos não controladores na data da combinação inicial, calculada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios; e
- (ii) da participação dos não controladores nas variações patrimoniais das controladas consolidadas desde a data da combinação.

Assim, as técnicas de consolidação das demonstrações contábeis buscam evidenciar a situação econômica e financeira de todo conglomerado de empresas, como se este constituísse uma única entidade. Observa que, o fundamento teórico de, primeiramente, aplicar a equivalência de patrimônio para, em seguida, consolidar as demonstrações contábeis de controladora e controladas são as Teorias do Patrimônio. Entre as diversas teorias patrimoniais, destaca-se a Teoria do Comando e a Teoria do Acionista Ordinário.

A Teoria do Comando tem como foco o controle econômico dos recursos pelos responsáveis diretos. Se entender que os responsáveis diretos são aqueles que detêm o controle, não só patrimonial, mas também de decisão, essa teoria se complementa com a Teoria do Acionista Ordinário, também conhecida como Teoria dos Direitos Residuais. Esta teoria defende a ideia de que há várias partes interessadas na empresa, contudo, os acionistas

preferenciais são considerados *outsiders*, assim como os credores de capital de terceiros. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Contudo, até 2012, as demonstrações contábeis consolidadas são preparadas de acordo com as normas internacionais IAS 27 e SIC *Interpretations* 12, que se equivalem, no contexto brasileiro, aos CPC 35, CPC 36 e ICPC 09. Nessas normas sobre preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas há divergência de práticas contábeis, prejudicando a qualidade da informação contábil, principalmente em grupos econômicos que possuem diversidade de investimentos e de segmentos de negócios.

Sobre isto, é importante mencionar o conceito de controle que o IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements* apresenta, cuja vigência é partir de 2013, em substituição ao IAS 27 e SIC 12. De acordo com o IFRS 10, o conceito de controle contempla três elementos: poder, exposição para retornos variáveis e capacidade do investidor usar o poder para afetar os retornos variáveis. Ainda, o IFRS menciona que o controle pode ser exercido sem deter a maioria dos direitos de voto, porque inclui os direitos potenciais que sejam considerados exercíveis e substanciais.

Assim a avaliação do controle, por parte do investidor, não contempla apenas os aspectos de riscos e recompensas, inclui também o poder. O IFRS 10 ressalta que poder existe quando uma entidade possui capacidade de dirigir as atividades relevantes de uma investida de forma unilateral, mesmo que essas atividades relevantes ocorram somente em circunstâncias particulares ou eventos específicos. Assim, denota que para definir o exercício do poder é necessário avaliar todos os direitos existentes que o investidor possui em relação às atividades da investida, de modo que prevalece a essência econômica do que a forma jurídica.

Com a vigência do IFRS 10 e melhor definição do que compreende controle, espera-se:

- a) aumentar a qualidade informacional nos relatórios financeiros, que reflete na adoção dos métodos de avaliação de investimentos em controladas e coligadas, logo consolidação das demonstrações contábeis;
- b) reduzir a diversidade na prática pelo fato de estar melhor definido o que compreende controle, ou seja, ter orientações explícitas da inclusão dos direitos contratuais na avaliação do controle. Assim, entidade investidora deverá considerar todos os direitos substantivos que tem em relação a uma investida, incluindo o voto e outros direitos contratuais;
- c) fornecer um princípio sobre as relações de agência, de modo que sejam caracterizados os fatores que devem ser considerados para determinar se um tomador de decisão é um agente. Esses fatores incluem o alcance de poder de decisão, os direitos detidos por outras partes, a remuneração do decisor e exposição dele aos retornos variáveis que detém na investida.

Sobre os reflexos dos direitos de votos potenciais, o IFRS 10 deve trazer algumas contribuições além aumentar o lastro de exercício de poder. Essas contribuições são:

- a) ao relatar que uma entidade tem controle sobre uma investida, esta investida deve ser consolidada, independentemente de estar exposto à maioria dos riscos e recompensas de que investida;
- b) ao avaliar o controle deve relatar quais atividades afetam significativamente os retornos da investida;
- c) ao exigir que um investidor que tem a maioria dos direitos de voto ou a exposição a riscos e recompensas, mas não tem o poder de dirigir as atividades relevantes de uma investida não deve consolidar essa investida.

Todas essas contribuições devem reduzir o uso de *bright lines* nas demonstrações contábeis consolidadas, aumentando a qualidade da informação contábil aos diversos usuários pelo fato que terá apenas uma metodologia de consolidação das demonstrações contábeis para

qualquer tipo de investimento societário (IASPlus, 2012), inclusive para as Sociedades de Propósito Específico.

### 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Embora seja um assunto importante dentro da contabilidade societária, não há muitas pesquisas que tratam da consolidação, tão pouco especificamente em sistemas cooperativos. Entre os principais periódicos brasileiros disponíveis eletronicamente foram encontrados apenas quatro artigos. No contexto internacional, em pesquisa da base de dados da *ScienceDirect* obteve um número mais expressivo de artigos, que tratam da aplicação do método de equivalência patrimonial, comparando práticas contábeis entre países, ou comparando, de modo geral, as práticas contábeis antes e após a convergência internacional das normas contábeis.

O estudo realizado por Pacheco Filho (1989) mostra a necessidade da apresentação de demonstrações consolidadas quando se trata de grupos empresariais. Esse artigo é um dos pioneiros no âmbito nacional e afirma em seu texto que a consolidação das demonstrações contábeis é a melhor forma de evidenciar os fatos ocorridos nas entidades. Ainda, conforme o autor, a consolidação é importante não apenas pelo fato de apresentar que uma empresa tem participação acionária em outra, mas de reconhecer que existem combinações de interesses entre essas organizações, formando um conjunto de atividades econômicas. Por isso, somente as demonstrações contábeis consolidadas possibilitam uma melhor análise financeira, já que os balanços analisados isoladamente dificilmente dariam uma ideia do conjunto.

Outra pesquisa, realizada por Souza e Bezerra (2003), teve como objetivo analisar a utilidade das demonstrações contábeis consolidadas, considerando seus principais interessados e os limites determinados pela legislação vigente. Os resultados indicam que a utilidade da consolidação das demonstrações contábeis é eminentemente gerencial, porém existem dois grupos interessados nesse tipo de situação: os usuários internos e os usuários externos. No primeiro grupo estão os administradores, *controllers* ou gerentes, ou seja, aqueles que observarão o retorno sobre o patrimônio e o desempenho empresarial por meio da análise das demonstrações contábeis. O outro grupo é formado por acionistas, empregados, fornecedores, governo, concorrentes e outros usuários interessados nas informações contábeis da empresa para fins de comparação, alternativas de investimento, capacidade financeira e outras situações favoráveis.

Os autores Machado e Santos (2004) abordaram a consolidação das demonstrações contábeis quando ocorre a aquisição do controle de empresas, enfatizando a questão da comparabilidade das demonstrações entre o período da aquisição, o anterior e o posterior a este evento, tendo como estudo de caso a empresa Andrade Gutierrez S. A.. O artigo evidencia a importância da consolidação das demonstrações contábeis, principalmente no exercício social em que ocorre a aquisição do controle da investida, pois, ao se inserir uma nova sociedade no consolidado, pode haver uma perda de comparabilidade com o ano anterior e com o posterior a sua aquisição. Além disso, o trabalho ressaltou que, embora a consolidação seja normatizada, sua elaboração e publicação devem ir além do exigido por meio de normas e leis, aumentando assim a capacidade informativa das demonstrações contábeis.

O estudo de Garcia *et al.* (2008) buscou apresentar as principais diferenças entre demonstrações contábeis por segmento econômico e geográfico e demonstrações contábeis consolidadas. A segmentação da informação contábil, segundo os autores, colabora para a evidenciação das atividades que a empresa opera e com isso é possível apresentar como cada segmento econômico ou geográfico colabora para a formação de todo o resultado empresarial. Já a principal finalidade da consolidação é apresentar os resultados de uma entidade controladora e de suas controladas como se fosse uma só entidade e permite, por conseguinte,



que seja feita uma análise mais abrangente e uma melhor compreensão do que as demonstrações contábeis separadas. Assim, enquanto a consolidação busca demonstrar o grupo empresarial, a segmentação busca apresentar quanto cada segmento contribui para a formação da situação patrimonial consolidada.

Os estudos nacionais foram realizados antes da vigência do CPC 36, em 2009. Tal fato mostra uma lacuna de pesquisas neste tema, especificamente discutindo aspectos relacionados ao controle societário e as informações para usuários. As informações provenientes das demonstrações contábeis consolidadas devem atender, simultaneamente, os usuários internos e externos da informação. Atender ambos os usuários significa que os critérios de incluir ou excluir os investimentos a ser consolidados não devem divergir entre os usuários. Assim, os estudos apresentados não tratam do conceito de controle, proposto pelo IFRS 10.

Entre os estudos internacionais, destaca Hsua, Duh e Cheng (2012) por ser o único artigo que discute os conceitos de controle e propriedade em demonstrações contábeis consolidadas. Os autores analisaram se o conceito de controle tem maior relevância de informação do que o conceito de direitos de controle baseado na propriedade nas demonstrações contábeis consolidadas. Esses autores concluem que o conceito de controle é mais adequado do que o conceito de propriedade ou direito de controle quando aplicado em estruturas societárias complexas quando um investidor principal utiliza diferentes maneiras, não somente a participação societária, para exercer controle sobre as empresas do grupo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver uma investigação, é necessário, primeiramente definir o tipo de pesquisa, o qual depende dos objetivos do estudo e da natureza do tema a ser investigado (GRESSLER, 2004). Esta pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva; quanto à abordagem do problema é qualitativa; e, quanto aos procedimentos técnicos é um estudo de caso.

Este estudo se caracteriza como pesquisa descritiva no que se refere aos objetivos, pois possui o intuito de descrever as diferentes metodologias utilizadas para a consolidação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi. Na concepção de Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Já para Cervo e Bervian (2002, p. 66), a pesquisa descritiva “busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política e econômica e demais aspectos do comportamento humano (...)”.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizou-se a pesquisa qualitativa, onde as análises são mais profundas em relação ao estudo efetuado. A análise dos balanços consolidados de um sistema cooperativo de crédito é um fenômeno social que necessita de uma interpretação explanatória adequada. De acordo com Gil (2008, p. 175):

A análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa ação ou pesquisa participante. Nestas, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa. E, ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa se classifica como estudo de caso, realizado no sistema cooperativo de crédito Sicredi. Nesse caso, a coleta de dados será realizada mediante uma análise documental sobre a consolidação dos balanços

do sistema cooperativo de crédito Sicredi referente ao ano de 2010. Yin (2010, p. 115) ressalta que “[...] o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”.

Sendo assim, o principal objetivo desse tipo de coleta reside na obtenção de elementos que descrevam como atualmente são realizadas as consolidações dos balanços do sistema cooperativo de crédito por meio de documentos e informações disponibilizadas na *Intranet*.

O primeiro passo no processo de construção desse estudo de caso foi buscar as informações necessárias sobre a estrutura e o funcionamento da empresa avaliada. O segundo passo foi a realização de leituras em artigos científicos, livros e pronunciamentos a fim de aprofundar o conhecimento sobre o tema consolidação de demonstrações contábeis, procurando descrever a importância da utilização desse tipo de ferramenta em uma organização. Após, foram realizadas algumas reuniões com membros da equipe responsável pela construção das demonstrações consolidadas da empresa para adquirir maior conhecimento sobre o assunto, bem como documentos importantes para servir de base na confecção do artigo.

Ressalta-se que, para a análise dos dados, foi preservado o sigilo corporativo. Por isso, a partir dos dados reais (valores das contas contábeis) foi aplicado um indexador. Logo, os valores apresentados na seção 4 estão indexados.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

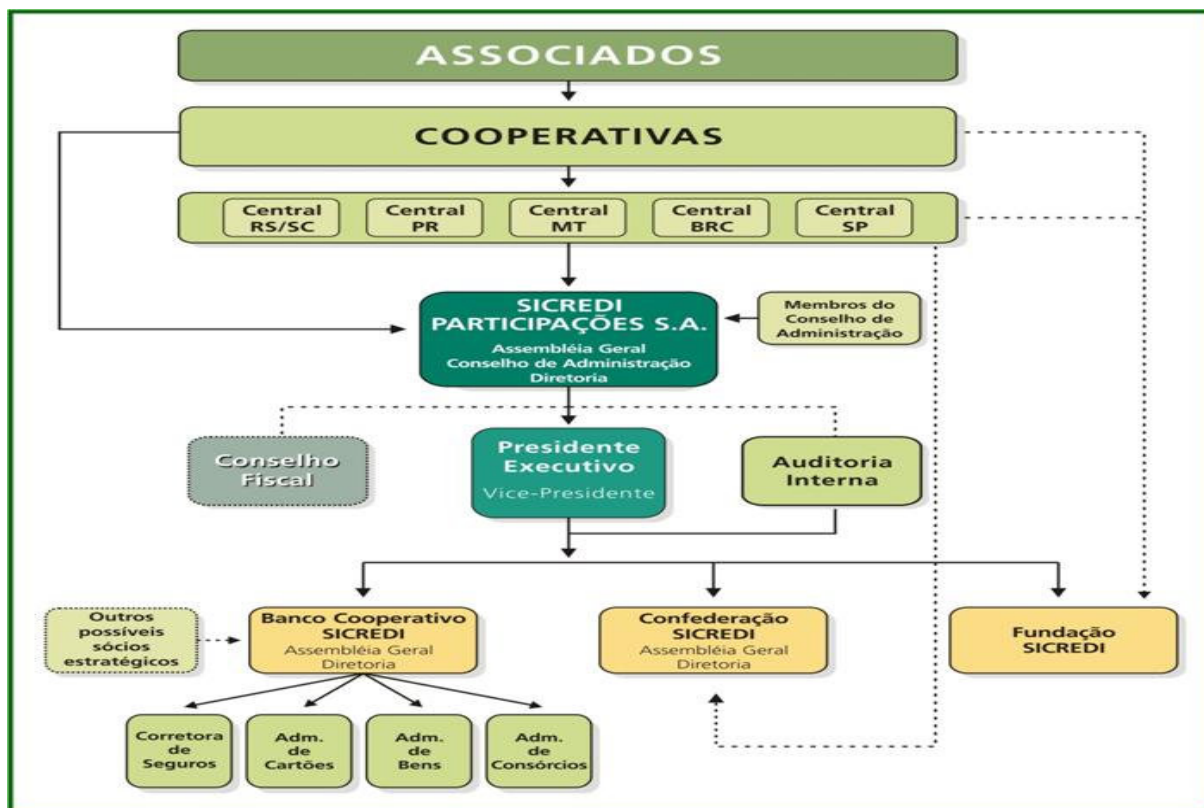
Nesta seção, os resultados obtidos estão dispostos de acordo com os procedimentos estabelecidos na seção 3 e limitam-se ao exercício social de 2010. Para facilitar a compreensão, inicia-se com a caracterização da empresa; seguida pela consolidação do Banco Sicredi e suas empresas controladas; depois pela consolidação das Cooperativas e centrais e a consolidação conjunta da Cooperativa, Centrais, Banco e suas controladas. A seção é finalizada com uma análise comparativa entre as metodologias de consolidação.

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA**

Com base no tema consolidação de demonstrações contábeis e a partir da fundamentação teórica apresentada, foi selecionado como objeto desse estudo o Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi, doravante denominado de Sistema SICREDI. Um dos principais motivos que justificam a escolha deste caso é o fato de constituir um conjunto de empresas interligadas, que atua sob a forma jurídica de cooperativa de crédito, portanto sujeita às normas vigentes do BACEN.

O Sistema Sicredi opera, atualmente, com 128 cooperativas de crédito e mais de 1.000 pontos de atendimento em dez Estados brasileiros. O conjunto de empresas que formam o Sistema Sicredi é compreendido por cinco Cooperativas Centrais, uma Confederação, o Banco Cooperativo Sicredi e suas empresas controladas (Administradora de Cartões, Administradora de Consórcios e Corretora de Seguros) e a Sicredi Participações S. A, conforme demonstra a Figura 1. Esse conjunto de empresas proporciona ganhos de escala, fortalecimento da marca e maior competitividade (SICREDI, 2011).

Figura 1 – Organograma do Sistema Sicredi



Fonte: Sicredi (2011).

É possível observa-se na Figura 1, que as Cooperativas de Crédito são formadas pelos seus respectivos associados. Essas Cooperativas de Crédito atuam como instituições financeiras nas comunidades onde possuem unidades de atendimento. Os principais objetivos das Cooperativas de Crédito são: estimular a formação de poupança, administrar recursos financeiros e conceder empréstimos aos associados. Ainda, as Cooperativas são estruturadas regionalmente em Centrais as quais coordenam e supervisionam sua atuação, bem como são responsáveis pela prestação de diversos tipos de serviços para as cooperativas tais como: auditoria e supervisão, avaliação de desempenho, recrutamento e seleção, coordenação dos programas sociais, elaboração e aprovação do plano de metas, entre outros.

As Centrais, assim como as Cooperativas de Crédito, são responsáveis pelo controle da Sicredi Participações S/A. A Sicredi Participações S/A é uma *holding* que foi criada em 2008 para propiciar a participação direta e formal das cooperativas de crédito na gestão corporativa e para dar maior objetividade e racionalidade ao Sicredi. Além disso, desde o seu início, a *holding* tem a missão de coordenar as decisões estratégicas e controlar parte das empresas do Sistema Sicredi (Banco Cooperativo Sicredi, a Confederação Sicredi e a Fundação Sicredi). Essa estrutura organizacional permite, ainda, que empresas de *rating* avaliem e classifiquem o risco corporativo do Banco Sicredi liquidar suas obrigações financeiras, dando maior visibilidade e confiança para o mercado financeiro, investidores e associados.

Com o propósito de discutir a evidenciação contábil, nas subseções seguintes serão detalhadas as diversas metodologias utilizadas para realizar a consolidação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Sistema Sicredi. Ainda, será realizada uma análise dessas metodologias com a finalidade de identificar as vantagens e limitações de cada método, dada a necessidade de informação de cada usuário interessado.

## 4.2 CONSOLIDAÇÃO DO BANCO COOPERATIVO SICREDI E SUAS CONTROLADAS

O Banco Cooperativo Sicredi S.A é o primeiro banco cooperativo privado do Brasil. Constituído em 1995, atua como instrumento das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento, além de desenvolver produtos corporativos e políticas de comunicação e marketing. Atualmente, o Banco Cooperativo Sicredi possui em sua estrutura empresas que auxiliam na execução dos serviços e produtos financeiros aos seus associados, a saber: a Administradora de Bens, que oferece serviços de locação de imóveis; a Administradora de Cartões, prestando serviços financeiros de pagamento em meios eletrônicos por meio de cartões de débito e de crédito; a Administradora de Consórcio, oferecendo produtos de consórcios de bens e a Corretora de Seguros, oferecendo produtos e serviços de seguros de vida e de bens (SICREDI, 2011).

De acordo com o BACEN, especificamente as Normas do Sistema Financeiro, por intermédio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, Capítulo 1 - Normas Básicas, Seção 21 - Consolidação Operacional das Demonstrações Financeiras (BACEN, 2011, p. 1):

1 - O conglomerado financeiro, como se este constituísse uma única entidade econômica, deve elaborar consolidação operacional das demonstrações financeiras através de sua instituição líder, refletindo a adequada situação econômico-financeiro-patrimonial. Para tanto, as transações de quaisquer naturezas realizadas entre as instituições componentes do conglomerado, para efeito de consolidação, devem ser consideradas como se tivessem sido efetuadas entre departamentos integrantes dessa unidade econômica (Circ. 1273).

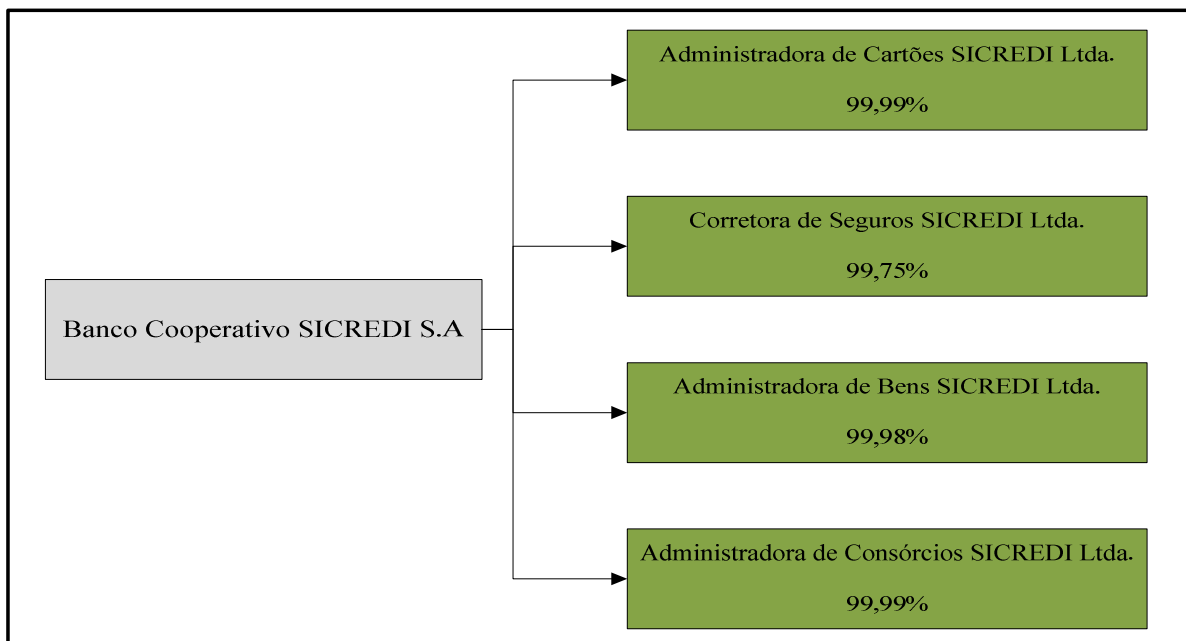
2 - As demonstrações financeiras resultantes da consolidação operacional compreendem (Circ. 1273; Res. 3604 art. 5º):

a) o Balancete e Balanço Consolidado (documento nº 4);

b) a Demonstração Consolidada de Resultado (documento nº 8).

Atendendo a legislação societária e a legislação do BACEN, esta última porque se caracteriza como uma instituição financeira, devem ser consolidadas e divulgadas as demonstrações contábeis do conjunto de empresas que formam Banco Cooperativo SICREDI. Os procedimentos de consolidação apresentados nas subseções abaixo estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, Capítulo 1 - Normas Básicas, Seção 21 - Consolidação Operacional das Demonstrações Financeiras (BACEN, 2011).

A Figura 2 evidencia as participações societárias em controladas do Banco Cooperativo Sicredi.

**Figura 2 – Estrutura Societária das Controladas do Banco Cooperativo Sicredi**

Fonte: Adaptada de Sicredi (2011).

Ao analisar a Figura 2, pode-se observar que o Banco Cooperativo Sicredi possui participação direta de aproximadamente 100% do capital social de suas controladas. Assim, para efeito de consolidação, todas as transações, saldos, ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco Cooperativo Sicredi devem ser eliminados.

A Tabela 1 e a Tabela 2 apresentam, respectivamente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício das empresas objeto de consolidação, com contas em nível sintético e as eliminações que foram realizadas.

**Tabela 1 – Balanço Patrimonial Consolidado do Banco Cooperativo SICREDI e suas Controladas em 31 de dezembro de 2010 (em milhares R\$)**

Balanço Patrimonial							
Ativo							
	Banco	Corretora	Adm Bens	Adm Consórcio	Adm Cartões	Eliminação	Saldo Consolidado
Disponibilidades	18.767	5.520	42	255	896	6.448	19.031
Relações Interfinanceiras	133.369						133.369
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.962.133	-	-	-	-	-	1.962.133
Títulos e Valores Mobiliários	1.441.095	2.637	1.119	6.389		3.756	1.447.484
Operações de Crédito	2.640.627	-	-	-	-	-	2.640.627
Outros Créditos	23.903	537	128	26	29.963	-	54.556
Outros Valores e Bens	27	5	3	3	1.482		1.519
Impostos Diferidos	4.250				295		4.545
Permanente	38.851	166	23.241	125	3.414	35.767	30.029
Investimento	35.774	6				35.767	13
Imobilizado	2.944	161	23.239	105	3.347		29.795
Intangível	133		1	20	68		222
<b>TOTAL</b>	<b>6.263.019</b>	<b>8.865</b>	<b>24.531</b>	<b>6.798</b>	<b>36.049</b>	<b>45.970</b>	<b>6.293.292</b>
Passivo + PL							
	Banco	Corretora	Adm Bens	Adm Consórcio	Adm Cartões	Eliminação	Saldo Consolidado
Depósitos Totais	3.343.734	-	-	-	-	10.203	3.333.531
Operações Compromissadas	1.706.663						1.706.663
Relações Interfinanceiras	7.926						7.926
Empréstimos/Repasse	966.835						966.835
Outros Passivos	105.878	5.779	70	2.069	32.347		146.142
Patrimônio Líquido	131.985	3.086	24.461	4.728	3.703	35.767	132.195
<b>TOTAL</b>	<b>6.263.019</b>	<b>8.865</b>	<b>24.531</b>	<b>6.798</b>	<b>36.049</b>	<b>45.970</b>	<b>6.293.292</b>

Fonte: Adaptada de SICREDI (2011).

Além da eliminação do investimento, que ocorre no Ativo do Banco, com o respectivo Patrimônio Líquido das empresas controladas, é importante comentar que as empresas controladas mantêm depósito bancário (Disponibilidades) e Cédulas de Depósito Bancário (CDBs) registrados na conta Títulos e Valores Mobiliários no Banco Cooperativo SICREDI. Tais saldos inter companhias tem sua contrapartida em Depósitos Totais, no Passivo, sendo este objeto de eliminação na consolidação.

**Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado do Banco Cooperativo SICREDI e suas Controladas em 31 de dezembro de 2010 (em milhares R\$)**

Demonstração do Resultado de Exercício							
	Banco	Corretora	Adm Bens	Adm Consórcio	Adm Cartões	Eliminação	Consolidação Total
<b>Receita Intermediação Financeira</b>	497.497	273	91	434		324	497.969
Receitas de crédito	179.577						179.577
Receitas de Títulos	312.221	273	91	434		324	312.694
Receitas Operações de Câmbio	2.981						2.981
Receitas Operações com Derivativos	2.718						2.718
<b>Despesa Intermediação Financeira</b>	424.594		79			324	424.349
Despesa Captação	373.312					324	372.988
Despesas Empréstimos	51.525						51.525
Provisões de CLD	-243		79				-164
<b>Receitas Serviços</b>	13.401	45.256	1.481	15.382	23.418	97	98.841
<b>Despesas Administrativas/ Pessoais</b>	64.253	3.611	367	14.212	17.250	97	99.594
<b>Outras despesas/receitas</b>	3.955	-41.291	-998	-981	-4.108	786	-44.208
<b>Receitas/Despesas não operacionais</b>	17	9			-36		-10
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	-9.466	-362	-60	-274	-798		-10.960
<b>Resultado Líquido</b>	16.557	275	68	350	1.228	786	17.691

Fonte: Adaptada de Sicredi (2011).

Por meio da consolidação é possível agregar os saldos de contas ou de grupos de contas de mesma natureza e eliminar saldos de transações e operações inter companhias que formam a unidade de natureza econômico-contábil. Ainda, o Balanço Patrimonial Consolidado e a Demonstração do Resultado Consolidado do Banco Cooperativo Sicredi e

suas empresas controladas evidenciam, respectivamente, a situação patrimonial, financeira e econômica obtido em operações com terceiros, proporcionando assim uma análise adequada para o segmento bancário do Sistema Sicredi. Por isto, pode-se depreender a aplicação da Teoria do Acionista Ordinário de modo que as demonstrações contábeis consolidadas evidenciam os resultados obtidos com operações com terceiros.

### 4.3 CONSOLIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E CENTRAIS

As Cooperativas de Crédito do Sicredi atuam na captação, administração e empréstimos de recursos financeiros e prestação de serviços, agregando renda aos seus associados. Para atender às necessidades dos associados, elas contam com empresas corporativas que atuam com a função principal de oferecer apoio técnico e maior especialização ao negócio. Estas Cooperativas são compreendidas em cinco Centrais Estaduais: Central Sicredi RS, Central Sicredi Paraná, Central Sicredi São Paulo, Central Sicredi Brasil Central, que engloba Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins e a Central Sicredi MT, que congrega os estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará (SICREDI, 2011).

A consolidação das demonstrações contábeis das Cooperativas de Crédito do Sicredi e as suas Centrais é realizada somente para fins gerenciais, para atender a gestão estratégica como ferramenta de apoio às decisões da Cooperativa e do Sistema Sicredi. Porém, essas demonstrações consolidadas não são exigidas pelo BACEN e nem divulgadas ao público externo.

A partir do que foi ilustrado na Figura 1, o Sistema Cooperativo de Crédito Sicredi possui em sua estrutura cinco centrais estaduais e todas consolidam suas informações com as cooperativas que fazem parte da sua área de atuação. Assim, para facilitar a compreensão do estudo, na Tabela 3 é apresentada a consolidação das contas patrimoniais entre a Cooperativa e a Central Sicredi RS/SC, pois o método de consolidação ocorre da mesma forma nas outras quatro centrais pertencentes ao Sistema Sicredi.

**Tabela 3 – Balanço Patrimonial Consolidado Cooperativas e Central RS/SC, em 31 de dezembro de 2010 (em milhares R\$)**

Balanço Patrimonial				
Ativo				
	RS e SC		Eliminação	Saldo Consolidado
	Coops	Central		
Disponibilidades	28.334	3		28.337
Relações Interfinanceiras	1.812.791		1.791.624	21.168
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.398	858.730		860.128
Títulos e Valores Mobiliários	1.239	974.956		976.195
Operações de Crédito	2.435.959	50.414	50.414	2.435.959
Outros Créditos	55.188	30.906	13.996	72.098
Outros Valores e Bens	12.085	88		12.173
Impostos Diferidos				-
<b>Permanente</b>	212.940	20.345	86.248	147.037
Investimento	134.385	19.279	86.248	67.417
Imobilizado	65.479	1.066		66.545
Intangível	13.076			13.076
<b>TOTAL</b>	<b>4.559.934</b>	<b>1.935.441</b>	<b>1.942.282</b>	<b>4.553.094</b>
Passivo + PL				
	Coops	Central	Eliminação	Saldo Consolidado
Depósitos Totais	2.730.919	1.808.892	1.791.624	2.748.187
Operações Compromissadas				-
Arrecadações	9.362			9.362
Relações Interfinanceiras	6.782			6.782
Empréstimos/Repasse	910.132		50.414	859.703
Outros Passivos	116.619	35.024	13.996	137.647
Patrimônio Líquido	786.121	91.524	86.248	791.413
<b>TOTAL</b>	<b>4.559.934</b>	<b>1.935.441</b>	<b>1.942.282</b>	<b>4.553.094</b>

Fonte: Adaptada de Sicredi (2011).

A consolidação das contas apresentadas na Tabela 3 é realizada de modo semelhante à consolidação apresentada na Tabela 1. No entanto, nesse caso, o valor correspondente às transações financeiras realizadas pelos associados em suas cooperativas (Relações Interfinanceiras, no Ativo das Cooperativas) é transferido para as contas de suas respectivas Centrais (Depósitos Totais, no Passivo das Cooperativas Centrais), por se tratar de um depósito à vista realizado pela Cooperativa em sua Central. Ocorre também a eliminação na conta Operações de Crédito, no Ativo das Centrais referente às operações de crédito rural repassados aos associados. Dessa mesma forma ocorre eliminação na conta Outros Créditos, no Ativo, com a conta Outros Passivos referentes a outros tipos de concessões de crédito aos associados. O valor de Investimento da controladora em cada controlada e o correspondente valor no Patrimônio Líquido da controlada também são eliminados.

Também de maneira similar ao que foi apresentado na Tabela 2, ocorre a consolidação do resultado entre as Cooperativas e Centrais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Tabela 4).

**Tabela 4 – Demonstração do Resultado Consolidado Cooperativas e Central RS e SC, em 31 de dezembro de 2010 (em milhares R\$)**

Demonstração do Resultado de Exercício				
	RS e SC		Eliminação	Saldo Consolidado
	Coops	Centrais		
<b>Receita Intermediação Financeira</b>	484.211	155.451	813	638.850
Receitas de crédito	483.439	813	813	483.439
Receitas de Títulos	772	154.617		155.389
Receitas Operações de Câmbio	0	0	0	0
Receitas Operações com Derivativos	0	0	0	0
<b>Despesa Intermediação Financeira</b>	308.160	2.144	849	309.455
Despesa Captação	168.658	719	0	169.376
Despesas Empréstimos	41.907	0	813	41.095
Provisões de CLD	97.595	1.425	36	98.984
<b>Receitas Serviços</b>	111.482	0	0	111.482
<b>Despesas Administrativas + Pessoais</b>	287.847	26.639	0	314.486
<b>Outras despesas/receitas</b>	85.507	-126.658	0	-41.151
<b>Receitas/Despesas não operacionais</b>	155	-11	0	145
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	-5.635	0	0	-5.635
<b>Resultado Líquido</b>	79.714	0	36	79.678

Fonte: Adaptada de Sicredi (2011).

As eliminações realizadas foram a Despesa de Empréstimos nas Cooperativas com a Receita de Crédito na Central, além das Despesas com Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa com o Resultado Líquido.

Observa-se que as modificações decorrentes das eliminações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, o saldo consolidado, geram informações reais da situação patrimonial, financeira e de resultado do segmento Cooperativo, uma vez que, atualmente, são divulgadas as demonstrações contábeis individuais dessas cooperativas de crédito. Neste caso, a evidenciação tem maior amplitude de informação, pois abrange o segmento cooperativo no qual está o segmento financeiro, porém está restrita para fins gerenciais.

O fato de realizar a consolidação das demonstrações contábeis das Cooperativas de Crédito do Sicredi e as suas Centrais para fins gerenciais pode ser fundamentada na Teoria do Comando, ou seja, o controle econômico por parte das Cooperativas de Crédito em suas investidas, as Centrais. Ainda, sob esta perspectiva, o nível de informação contábil é maior porque estará atendendo, entre outros usuários, àqueles que constituem o quadro societário das Cooperativas de Créditos: os associados.



#### 4.4 CONSOLIDAÇÃO CONJUNTA DAS COOPERATIVAS, CENTRAIS, BANCO E SUAS CONTROLADAS

Conforme a subseção 4.2, o BACEN exige que o Sistema Sicredi consolide e divulgue apenas as demonstrações contábeis do Banco Cooperativo Sicredi e suas controladas, abrangendo somente a atividade financeira do Sistema Sicredi. Para fins gerenciais, o Sistema SICREDI consolida as demonstrações contábeis das Cooperativas de Crédito e as suas Centrais, conforme apresentado na subseção 4.3.

No que se refere a estas duas metodologias de consolidação das demonstrações contábeis utilizadas pelo Sistema Sicredi pode depreender que evidenciam parcialmente a situação patrimonial, econômica e financeira do Sistema Sicredi. Nota-se também que a consolidação está fundamentada no aspecto legal e não no aspecto econômico, contrariando o IFRS 10. Sobre isto, Iudícibus (2010) comenta que a informação contábil deve ser evidenciada de maneira adequada, justa e completa. Quando essas características não são atendidas, aumenta a assimetria de informação e a incerteza dos investidores (SOUZA *et al.*, 2011).

A necessidade de realizar a consolidação das demonstrações contábeis que contemple todo o Sistema Sicredi é eminente e coerente com o conceito de controle, que abrange poder, conforme o IFRS 10 com vigência a partir de 2013. Com a expansão dos seus negócios, o Banco Cooperativo Sicredi firmou um acordo de investimento com a empresa *Rabo Financial Institutions Development* (RFID), uma das empresas do grupo holandês RABOBANK. Por meio deste acordo, a RFID detém 30% do capital social do Banco Cooperativo Sicredi.

Sendo assim, verifica-se a necessidade de o Sistema Sicredi apresentar maior transparência para seu novo investidor. Observa-se a partir da Tabela 5, a consolidação do Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2010, contemplando o Banco Cooperativo Sicredi e suas controladas bem como as Cooperativas e suas Centrais. Ou seja, todas as empresas do Sistema Sicredi que possuem atividade mercantil-financeira.

**Tabela 5 – Balanço Patrimonial Consolidado Cooperativas, Centrais e, Banco e suas Controladas, em 31 de dezembro de 2010 (em milhares R\$)**

Balanço Patrimonial				
Ativo				
	Banco + Controladas	Centrais + Coops	Eliminação	Saldo Consolidado
Disponibilidades	19.031	69.759		88.790
Relações Interfinanceiras	133.369	36.577		169.946
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.962.133	1.352.011	1.349.374	1.964.770
Títulos e Valores Mobiliários	1.447.484	1.685.787	1.083.027	2.050.244
Operações de Crédito	2.640.627	4.468.020	1.622.740	5.485.907
Outros Créditos	54.556	134.934	349	189.141
Outros Valores e Bens	1.519	25.872		27.391
Impostos Diferidos	4.545	-		4.545
Permanente	30.029	262.900	111.728	181.200
Investimento	13	116.224	111.728	4.509
Imobilizado	29.795	122.692		152.487
Intangível	222	23.984		24.205
<b>TOTAL</b>	<b>6.293.292</b>	<b>8.035.858</b>	<b>4.167.218</b>	<b>10.161.931</b>
Passivo + PL				
	Banco + Controladas	Centrais + Coops	Eliminação	Saldo Consolidado
Depósitos Totais	3.333.531	4.538.210	1.354.225	6.517.515
Operações Compromissadas	1.706.663		1.026.756	679.907
Arrecadações		14.997		14.997
Relações Interfinanceiras	7.926	11.228		19.154
Empréstimos/Repasse	966.835	1.788.077	1.622.740	1.132.173
Outros Passivos	146.142	326.087	51.769	420.460
Patrimônio Líquido	132.195	1.357.260	111.728	1.377.727
<b>TOTAL</b>	<b>6.293.292</b>	<b>8.035.858</b>	<b>4.167.218</b>	<b>10.161.931</b>

Fonte: Adaptada de SICREDI (2011).

Verifica-se na Tabela 5 a consolidação conjunta de todo o Sistema Sicredi para o Balanço Patrimonial, ou seja, uma unificação das metodologias já utilizadas e apresentadas nas Tabelas 1 e 3, mas que apresenta a aplicação do conceito de controle tal como o IFRS 10 preceitua e elimina as *bright lines* existentes entre o segmento financeiro e das centrais cooperativas. As eliminações ocorrem da mesma forma das apresentadas nos itens 4.3 e 4.4. Os Investimentos são eliminados com o Patrimônio Líquido; Operações de Crédito são eliminadas com a conta passiva de Empréstimos/Repases; o saldo da conta ativa Outros Créditos é eliminado com a conta passiva Outros Passivos; Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são eliminadas uma parte com a conta Depósitos Totais outra parte com Outros Passivos; Títulos de Valores Mobiliários (CDI) são eliminados parte com a conta Depósitos Totais e outra com Operações Compromissadas.

Unificando as metodologias utilizadas nas Tabelas 2 e 4, é apresentada na Tabela 6 a consolidação conjunta de todo o Sistema Sicredi para a Demonstração do Resultado.

**Tabela 6 – Demonstração do Resultado Consolidado Cooperativas, Centrais e, Banco e suas Controladas, em 31 de dezembro de 2010 (em milhares R\$)**

Demonstração do Resultado do Exercício				
	Banco + Controladas	Centrais + Coops	Eliminação	Saldo Consolidado
<b>Receita Intermediação Financeira</b>	497.969	1.145.681	98.914	1.742.564
Receitas de crédito	179.577	890.216	93.419	1.163.212
Receitas de Títulos	312.694	255.426	5.494	573.613
Receitas Operações de Câmbio	2.981			2.981
Receitas Operações com Derivativos	2.718	40		2.757
<b>Despesa Intermediação Financeira</b>	424.349	524.399	98.914	1.047.661
Despesa Captação	372.988	263.655	93.419	730.062
Despesas Empréstimos	51.525	93.420	5.494	150.439
Provisões de CLD	-164	167.325		167.161
<b>Receitas Serviços</b>	98.841	221.323		320.164
<b>Despesas Administrativas + Pessoais</b>	99.594	611.606		711.200
<b>Outras despesas/receitas</b>	-44.208	-72.962		-117.169
<b>Receitas/Despesas não operacionais</b>	-10	1.730		1.720
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	-10.960	-11.944		-22.903
<b>Resultado Líquido</b>	17.691	147.825		165.515

Fonte: Adaptada de Sicredi (2011).

Para obter o resultado consolidado foram eliminados os saldos de operações inter companhias de Receitas de Crédito com Despesas de Captação e; Receitas de Títulos com Despesas de Empréstimos. A vantagem dessa metodologia é o fato de os saldos patrimoniais consolidados apresentarem a situação do Sistema Sicredi junto a terceiros, isto é, sem qualquer valor que seja de operações inter companhias que compõe todo o conglomerado. Além disso, a metodologia permite dimensionar de maneira coerente os saldos das contas existentes na empresa, de modo que os principais interessados compreendam a real situação da entidade.

Desse modo, depreende-se que ao consolidar as demonstrações contábeis de todas as empresas que compreende o Sistema Sicredi é atingido maior nível de evidenciação da informação contábil e aplicado corretamente o conceito de controle, na sua essência econômica, para avaliação de investimentos em controladas, por conseguinte, na consolidação das demonstrações contábeis desse conglomerado. Tal fato atende o aspecto que a informação relevante e significativa sobre saldos e resultados obtidos em operações com terceiros são divulgadas de modo completa, justa e adequada. Por conseguinte, reduz a assimetria de informação e otimiza o funcionamento do mercado de capitais e financeiro.

#### 4.5 ANÁLISE COMPARATIVA

As demonstrações contábeis consolidadas permitem uma melhor análise das contas patrimoniais de um grupo de empresas inter-relacionadas, sejam usuários internos ou externos. A partir dos dados analisados nas subseções 4.2 a 4.4, verificam-se alguns aspectos importantes entre as três metodologias de consolidação. Na subseção 4.2, as demonstrações são consolidadas entre o Banco Cooperativo Sicredi e suas empresas controladas, atendem as exigências do BACEN. Na subseção 4.3, são consolidadas as informações entre Cooperativas de Crédito e as Centrais, proporcionando uma melhor avaliação por área de atuação de cada central e atendendo assim, de forma gerencial, o interesse dos gestores estratégicos. Na subseção 4.4, é apresentada a consolidação de todas as empresas que possuem atividade mercantil-financeira no Sistema Sicredi, ou seja, é unificada a consolidação da atividade bancária e da atividade cooperativa, em um único demonstrativo.

A principal diferença dentre as metodologias apresentadas é o fato de que apenas o segmento financeiro do Sistema Sicredi, representando pelo Banco Cooperativo Sicredi, está obrigado a consolidar suas demonstrações contábeis e divulgá-las. Apesar de as Cooperativas de Crédito serem equiparadas às instituições financeiras, essas são excluídas da consolidação obrigatória. No entanto, como é de interesse do Sistema Sicredi a consolidação das Cooperativas de Crédito e suas Centrais tal procedimento é realizado apenas para fins gerenciais estratégicos.

Contudo, a própria gestão estratégica do Sistema Sicredi defende a consolidação conjunta das Cooperativas de Créditos e suas Centrais bem como do Banco Cooperativo Sicredi e suas Controladas, conforme exposto na subseção 4.4. Essa metodologia de consolidar todos os segmentos do Sistema Sicredi gera melhor informação sobre a sua situação econômica, financeira e patrimonial, propiciando melhor análise por parte de investidores, gestores, mercado financeiro e empresas de avaliação de riscos. Atualmente, como tal metodologia não é utilizada, o que se tem divulgada do Sistema Sicredi são informações contábil-financeiras segmentadas por Cooperativas e o consolidado do Banco Cooperativo Sicredi.

O Quadro 1 mostra os benefícios e as limitações das diferentes metodologias de consolidação das demonstrações contábeis adotadas no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi

**Quadro 1 – Comparação das metodologias de consolidação**

<b>Metodologia de Consolidação</b>	<b>Banco Cooperativo Sicredi e Controladas</b>	<b>Cooperativas de Crédito e Centrais</b>	<b>Sistema Sicredi</b>
<b>Âmbito da Consolidação</b>	Banco Cooperativo Sicredi Consolidado = Banco Cooperativo + Administradora de Cartões + Administradora de Seguros + Administradora de Bens + Administradora de Consórcios	Cooperativas de Créditos e Centrais Consolidado = Central RS/SC + Central PR + Central MT + Central BRC + Central SP	Sistema Sicredi Consolidado = Banco Cooperativo Sicredi Consolidado + Cooperativas de Créditos e Centrais Consolidado
<b>Benefícios</b>	Apresenta a situação patrimonial, financeira e econômica do segmento financeiro do Sistema Sicredi.  Informação útil para investidores no Banco Cooperativo Sicredi e	Apresenta a situação patrimonial, financeira e econômica das Cooperativas de Crédito.  Informação útil para os associados, que constituem o quadro societário das Cooperativas.	Gera informação mais completa sobre a situação econômica, financeira e patrimonial do conglomerado.  Informação útil a diversos usuários: governo, órgãos de classe, cooperados e

	Banco Central.		outros investidores.
<b>Limitações</b>	A consolidação do Banco Cooperativo atende ao Banco Central, órgão regulador das instituições financeiras, que exige apenas a consolidação das demonstrações contábeis das empresas que atuam no segmento financeiro. Embora as Cooperativas de Crédito sejam equiparadas às instituições financeiras, estas excluídas da consolidação obrigatória.	A consolidação das Cooperativas de Créditos e Centrais é realizada, somente, para fins gerenciais.	Realizada somente para fins gerenciais estratégicos.
	Evidenciam, parcialmente, a situação patrimonial, econômica e financeira do Sistema Sicredi		
<b>Fundamentação Teórica</b>	Teoria do Comando e a Teoria dos Direitos Residuais. Controle com base na propriedade.		Aplica o conceito de controle (IFRS 10).  Elimina <i>bright lines</i> existentes entre o Banco Cooperativo Sicredi, Centrais e Cooperativas de Crédito.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados da pesquisa (2012).

Assim como demonstrações contábeis separadas é um nível de evidenciar a informação contábil de cada entidade, as demonstrações contábeis consolidadas também é outro nível de evidenciação, no entanto, de um conglomerado de empresas. Neste sentido, as teorias contábeis do patrimônio, especificamente a Teoria do Comando e a Teoria dos Direitos Residuais, são fundamentais para compreender a importância e a necessidade de os grupos de empresas divulgar suas demonstrações contábeis em diversos níveis informacionais. Contudo, a aplicação adequada do conceito de controle, conforme apresenta o IFRS 10, contribui para o aumento da transparência, nível de evidenciação da informação contábil e reduz a ubiquidade de informações assimétricas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade cooperativa é a união de pessoas com interesses comuns, que buscam satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais por meio de uma cooperativa organizada economicamente e de forma democrática. Assim, algumas uniões de cooperativas se tornam tão grandes que se autodenominam sistemas, movimentos ou corporações cooperativas (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2011). Sobre isto, pode-se concluir que o Sistema Sicredi é exemplo brasileiro notável que atua no segmento financeiro.

Pelo fato de o Sistema Sicredi ser um conglomerado de empresas, pode-se concluir que é necessário e importante para os diversos usuários da informação contábil ser elaborada e divulgada a consolidação das demonstrações contábeis que abrange o Sistema num todo. Com isto é atendido o aspecto de a evidenciação contábil proporcionar informações completas, adequadas e justas a todos os possíveis usuários.

Ao analisar as diferentes metodologias de consolidação aplicável ao Sistema Sicredi conclui-se que, as metodologias apresentadas nas subseções 4.2 e 4.3, as quais são realizadas pela empresa estudada, são incompletas e atendem o interesse de usuários específicos. A primeira metodologia atende ao BACEN e abrange a consolidação do Banco e suas empresas controladas proporcionando apenas a consolidação da instituição financeira pertencente ao Sistema. Na segunda metodologia, a qual consolida as Cooperativas e Centrais, atende exclusivamente os usuários internos do Sistema Sicredi.

Sobre essas duas metodologias conclui-se, também, que elas aplicam o conceito de controle de modo restrito, sem considerar o exercício de poder na gestão de atividades relevantes, mesmo que essas atividades ocorram de modo peculiar, como é o caso da relação entre as Cooperativas e Centrais com as empresas que formam o segmento financeiro. Assim, tanto a consolidação das demonstrações contábeis do segmento financeiro (atendendo as normas do BACEN) quanto do segmento cooperativo (atendendo uma necessidade de informação para o usuário interno) estão pautadas na forma jurídica.

Sobre a metodologia de consolidação apresentada na subseção 4.4, conclui-se que é importante para todos os usuários ter um conjunto de demonstrações contábeis que evidencie a situação patrimonial, econômica e financeira do Sistema Sicredi, isto é, que abrange as Cooperativas, as Centrais e o Banco Cooperativo Sicredi. Conclui-se que essa metodologia está fundamentada na essência econômica do Sistema Sicredi e alinhada aos propósitos do IFRS 10, quanto à definição de controle em seus três aspectos concomitantes: poder, exposição para retornos variáveis e capacidade do investidor usar o poder para afetar os retornos variáveis. Como se nota, o segmento cooperativo atende essas características em relação ao segmento financeiro do Sistema Sicredi.

Diante da expansão do Sistema Sicredi, inclusive culminando com a entrada de novos acionistas, como é o caso do grupo estrangeiro RABOBANK, pode-se concluir que informações contábeis consolidadas são essenciais para aumentar a evidenciação e as práticas de governança corporativa. Ainda, deve ser salientado que essas práticas aumentam a qualidade da informação pelos diversos usuários, inclusive as empresas de *rating*.

Para estudos futuros, sugere-se o estudo sobre a consolidação de outras cooperativas de crédito e realizar uma análise comparativa entre as cooperativas.

## REFERÊNCIAS

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Normas do Sistema Financeiro – COSIF** > Capítulo 1 > Normas Básicas > CAPÍTULO 1 - NORMAS BÁSICAS > 21. Consolidação Operacional das Demonstrações Financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorCosif:ldvDenorCosif>>. Acesso em: 09 jun. 2011.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC%2009.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2018.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 35 – Demonstrações Separadas.** Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC35\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC35_R1.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.** Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC36\\_R2\\_20062011.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC36_R2_20062011.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2012.

GARCIA, E.; FIORI, R.; BAZZOTI, C.; FONSECA, E. F. M.; PARIZOTO, K. G. Demonstrações contábeis por segmento e demonstrações contábeis consolidadas: um estudo comparativo. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Paraná, v. 7, n. 12, p. 61-74, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** São Paulo: Loyola, 2004.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HSUA, A. W.; DUH, R.; CHENG, K. Does the control-based approach to consolidated statements better reflect market value than the ownership-based approach? **The International Journal of Accounting**, v. 47, n. 2, p. 198-225, Jun. 2012.

IASPlus. **IFRS 10 - Consolidated Financial Statements.** Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/standards/standard50>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, I. M.; SANTOS, A. Demonstrações consolidadas pró-forma: importância avaliada em um caso real. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 34, p. 34-49, 2004.

PACHECO FILHO, J. G. Consolidação das demonstrações financeiras: necessidade ou sofisticação? **Revista Contabilidade Vista e Revista**, UFMG, Minas Gerais, 1, 1, p. 10-15, 1989.

PEREZ JÚNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. **Contabilidade Avançada.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHO, D. B. **Crédito cooperativo e sistema financeiro.** São Paulo: Esetec, 2006.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Cooperativismo de crédito: o que é uma cooperativa de crédito.** Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativadeCredito.php>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Cooperativismo no Brasil.** Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoMonoBrasil.php>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

SANTOS, A.; MACHADO, I. M. Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial - erro na contabilização de dividendos quando existem lucros não realizados. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 39, p. 7-19, 2005.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito:** instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SICREDI. **Conheça o Sicredi:** estrutura do Sicredi. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SICREDI. **Portal Corporativo:** sobre o Sicredi. Disponível em: <<https://portal.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

SIQUEIRA, P. C. **Direito Cooperativo Brasileiro (comentários à Lei 5.764/71).** São Paulo: Dialética, 2004.

SOUZA, F. C.; MURCIA, F. D.; MARCON, R. Bonding hypothesis: análise da relação entre disclosure, governança corporativa e internacionalização de companhias abertas no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 62-81, 2011.

SOUZA, P. C. F.; BEZERRA, A. A. A verdadeira utilidade dos balanços consolidados: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, CFC, Brasília, v. 32, n. 139, p. 83-97, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição.** São Paulo: Pioneira, 2000.